

# DIMENSÕES SOCIOTERRITORIAIS QUE O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA PODE COPRODUZIR ATRAVÉS DA GOVERNANÇA PÚBLICA

*Socio-territorial dimensions that community-based tourism can co-produce through public governance*

*Dimensiones socioterritoriales que el turismo comunitario puede coproducir a través de la gobernanza pública*

DOI: 10.48075/igepec.v27i1.30654

Thiago Chagas de Almeida  
Magnus Luiz Emmendoerfer

# DIMENSÕES SOCIOTERRITORIAIS QUE O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA PODE COPRODUZIR ATRAVÉS DA GOVERNANÇA PÚBLICA

*Socio-territorial dimensions that community-based tourism can co-produce through public governance*

*Dimensiones socioterritoriales que el turismo comunitario puede coproducir a través de la gobernanza pública*

Thiago Chagas de Almeida  
Magnus Luiz Emmendoerfer

**Resumo:** O Turismo de Base Comunitária – TBC é um modo de gestão das atividades de visitação protagonizado e autogerido pela comunidade, podendo ser um vetor para desenvolver endogenamente periferias urbanas e áreas rurais. Considerando o potencial do TBC de esculpir socialmente um determinado território, pela interação com outros atores, o presente trabalho investiga quais dimensões socioterritoriais o TBC pode coproduzir através governança pública. Isso foi feito por uma pesquisa exploratória qualitativa, realizando uma revisão integrativa da literatura. A análise dos dados se baseou na técnica análise de conteúdo do tipo temática. Dessa forma, os resultados da pesquisa indicaram que o TBC pode coproduzir quatro dimensões socioterritoriais pela governança pública: a ambiental; a cultural; a econômica; e a política. Tais resultados contribuem teoricamente para avançar na compreensão das características socioterritoriais que o TBC ajuda a promover por meio da governança. Já como implicação à prática de gestão territorial, este trabalho mostra que a participação de atores do TBC na governança pública gera benefícios para o desenvolvimento e coprodução do território endogenamente.

**Palavras-Chave:** Coprodução do Território, Desenvolvimento Territorial, Turismo de Base Comunitária, Governança Pública.

**Abstract:** *Community-Based Tourism – TBC is a way of managing visitation activities led and self-managed by the community, and can be a vector to endogenously develop urban peripheries and rural areas. Considering the potential of TBC to socially sculpt a given territory, through interaction with other actors, this paper investigates which socio-territorial dimensions TBC can co-produce through public governance. This was done through a qualitative exploratory research, performing an integrative literature review. Data analysis was based on the thematic content analysis technique. Thus, the research results indicated that the TBC can co-produce four socio-territorial dimensions for public governance: the environmental; the cultural; the economic; and the policy. Such results theoretically contribute to advancing the understanding of the socio-territorial characteristics that TBC helps to promote through governance. Already as an implication to the practice of territorial management, this work shows that the participation of TBC actors in public governance generates benefits for the development and co-production of the territory endogenously.*

**Keywords** *Co-production of the Territory, Territorial Development, Community-Based Tourism, Public Governance.*

**Resumen:** *El Turismo de Base Comunitaria – TBC es una forma de gestionar las actividades de visitación lideradas y autogestionadas por la comunidad, y puede ser un vector para desarrollar endógenamente las periferias urbanas y las áreas rurales. Considerando el potencial de la TBC para esculpir socialmente un territorio determinado, a través de la interacción con otros actores, este artículo investiga qué dimensiones socioterritoriales la TBC puede coproducir a través de la gobernanza pública. Esto se hizo a través de una investigación exploratoria cualitativa, realizando una revisión integrativa de la literatura. El análisis de los datos se basó en la técnica de análisis de contenido temático. Así, los resultados de la investigación indicaron que la TBC puede coproducir cuatro dimensiones socioterritoriales para la gobernanza pública: la ambiental; lo cultural; La*

*economía; y la política. Tales resultados contribuyen teóricamente a avanzar en la comprensión de las características socioterritoriales que TBC ayuda a promover a través de la gobernanza. Ya como una implicación a la práctica de la gestión territorial, este trabajo muestra que la participación de los actores de la TBC en la gobernanza pública genera endógenamente beneficios para el desarrollo y coproducción del territorio.*

**Palabras Clave:** Coproducción del Territorio, Desarrollo Territorial, Turismo de Base Comunitaria, Gobernanza Pública.

## INTRODUÇÃO

O TBC é um modo de gestão da visitação que prega o protagonismo comunitário no turismo, o fortalecimento econômico do mercado interno, a preservação dos recursos naturais e a valorização da cultura dos povos tradicionais locais (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2018). Por conta disso, ele se apresenta como um instrumento importante para o desenvolvimento endógeno de áreas rurais e periferias urbanas (ZIELINSKI *et al.*, 2020).

Desse modo, o TBC pode contribuir para alterar elementos que caracterizam um território. Considera-se aqui, que território é uma delimitação geográfica que tem atributos próprios, que são construídos, desconstruídos e reconstruídos por vínculos e relações sociais cotidianas (SAQUET, 2007). Nesse sentido, acredita-se que o TBC, por toda sua capacidade estabelecer e desenvolver vínculos com um determinado local, é uma atividade que pode moldar um território por diversas dimensões sociais.

Contudo, isso não é algo que ocorre tão naturalmente, mas que é impulsionado quando instrumentos institucionais envolvem atores do TBC no processo de desenvolvimento territorial, sendo um deles os mecanismos de governança pública. Esses mecanismos buscam envolver os cidadãos na administração pública, fazendo com que o Estado não seja o único provedor das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial (DALLABRIDA; BECKER, 2011).

Muitos estudos identificam que o TBC pode contribuir efetivamente para o desenvolvimento e conseqüentemente, para esculpir as características de um território, como Graciano e Holanda (2020), Maldonado (2009) e Pinheiro (2016). Apesar disso, a literatura ainda precisa debater progressivamente os impactos que o TBC gera ao desenvolvimento – e coprodução – de um território, por determinados instrumentos de gestão (DANGI; PETRICK, 2021; PINHEIRO, 2016).

A partir desse *gap*, este trabalho traz o seguinte de questionamento: **quais dimensões socioterritoriais o TBC pode ajudar a coproduzir através dos mecanismos de governança pública?** Para responder a essa questão foi feita pesquisa exploratória qualitativa, realizando uma revisão integrativa da literatura de estudos que tratam do tema. Já a análise dos dados se baseou da técnica análise de conteúdo temática, que busca capturar dos registros dos dados os núcleos de sentido associados ao objetivo do trabalho (BARDIN, 2015). Neste caso, esses núcleos são as considerações dos artigos que identificam as dimensões socioterritoriais que o TBC pode coproduzir com atores estatais pelos mecanismos de governança.

Assim, este estudo contribui para identificar as características territoriais que são coproduzidas pelo TBC por modelos de gestão socioparticipativos, ajudando a preencher a lacuna teórica indicada por Dangi e Petrick (2021) e Pinheiro (2016). Como contribuição à prática da gestão territorial, os resultados desta pesquisa ressaltam a importância de inserir o TBC na governança para o desenvolver e configurar um território por um processo mais endógeno.

## 2 – O TURISMO de BASE COMUNITÁRIA E SUA CAPACIDADE DE DESENVOLVER E COPRODUZIR TERRITÓRIOS

O TBC é fruto de um movimento crítico ao turismo de massa que surgiu na Europa, no final do século XX (FABRINO, 2013). Tal movimento defende a necessidade de pensar em um modelo de turismo mais responsável, que se preocupe com a preservação dos recursos naturais e dê um maior protagonismo à população local na gestão das atividades de visitação (ARAÚJO, 2011).

Especificamente no Brasil, o TBC ganhou um destaque como prática a ser fomentada no V Fórum Social Mundial (NEUHAUS; SILVA, 2006), mesmo já sendo debatido academicamente desde os anos de 1990 (GRACIANO; HOLANDA, 2020). Esse destaque ocorreu pelo Fórum ter resultado na formulação de uma declaração, que propôs uma ideia de turismo socialmente inclusivo e baseado na autogestão de povos tradicionais (NEUHAUS; SILVA, 2006). Observa-se assim, que o TBC foi criado como uma alternativa e até solução para lidar com os impactos sociais negativos gerados pelo turismo massificado convencional.

Por isso, quando se discute os conceitos e características do TBC, é oportuno explicar como esse modelo se distingue do turismo convencional. Diferente do turismo convencional de massa, o TBC é contrário a projetos urbanísticos que, motivados por interesses globais de mercado, provocam processos agressivos de especulação imobiliária (MORAES; IRVING; MENDONÇA, 2018). Além disso, os princípios do TBC são avessos à privatização de lugares que por essência deveriam ser públicos, como praias que têm suas faixas de areia ocupadas por *resorts*.

Práticas como essa podem implicar inclusive na gentrificação dos espaços, que segundo Glass (1964) e Leite (2008), é quando a população mais pobre acaba sendo restrita de acessar determinados lugares. Isso pode ocorrer por uma privatização mais deliberada dos espaços ou simplesmente pela “gourmetização” deles, fazendo com que moradores e visitantes mais humildes economicamente não consigam viver e utilizar um local pelo seu padrão de consumo ser bem elevado (LEITE, 2008).

O TBC contrapõe essa lógica por defender que as decisões voltadas ao turismo devem atender a interesses locais e coletivos, não a um grupo reservado de investidores que muitas vezes vem de fora (GÓMEZ *et al.*, 2015). Outro traço peculiar do TBC, é que ele ocorre em pequena escala, proporcionando aos turistas um intercâmbio cultural mais real, sendo os seus guias pessoas pertencentes a povos tradicionais da localidade (MALDONADO, 2009).

A partir dessas distinções, o que seria então TBC? Segundo o ICMBio (2018), o TBC é um modelo de gestão da visitação que busca valorizar a cultura e a história local, conscientizar a população sobre o uso sustentável dos recursos naturais, dar um maior poder decisório à comunidade e distribuir equitativamente os ganhos econômicos do turismo.

Após discutir diversas definições sobre o TBC, o Ministério do Turismo (2010) identificou como elementos centrais desse modelo: o cooperativismo e associativismo; a democratização das oportunidades; a autogestão; o enaltecimento da cultura local; a centralidade na participação, parceria e colaboração; e essencialmente, o protagonismo da população local na gestão do turismo, a fim de apropriá-la dos benefícios dessa atividade.

Graciano e Holanda (2020) também indicam que o TBC tem o princípio de emancipar a comunidade local de uma gestão *top-down* (de cima para baixo) das

atividades turísticas. Estes autores inclusive mencionam que essa seria a diferença do TBC para o turismo comunitário. Isso porque o turismo comunitário, mesmo destacando o estilo de vida das comunidades tradicionais, ainda se baseia na lógica de gestão do turismo convencional (GRACIANO; HOLANDA, 2020).

Apesar dessa distinção, alguns estudos – a exemplo Maldonado (2009) – tratam o turismo comunitário como sinônimo do TBC, mencionando até o protagonismo político que esse modelo proporciona aos atores locais. Em vista disso, este trabalho também analisou artigos que utilizaram o termo “turismo comunitário”, desde que atrelado à prerrogativa de dar autonomia às comunidades locais na gestão da visitação.

Após delimitar o que se entende aqui como TBC, deve-se discutir o porquê desse modelo e prática poder influenciar nas transformações do território. O território é uma delimitação espacial com elementos identitários próprios, que são moldados continuamente pelas relações sociais cotidianas que ocorrem nele (SAQUET, 2007). Vale ressaltar, que suas alterações podem ser analisadas tanto por um prisma mais amplo (global), como por um mais específico (local) (SAQUET, 2007).

Neste trabalho, por levar em conta as características endógenas do TBC, o impacto na produção do território foi investigado por uma perspectiva local. A ideia de local pode remeter a uma região, município, bairro ou qualquer outra demarcação geográfica com traços identitários tidos como peculiares (KRONEMBERGER; COSTA, 2016). Dessa forma, os impactos territoriais do TBC podem ser associados a qualquer uma dessas demarcações, a depender do que está sendo estudado.

Outro ponto que se deve destacar é que o território é alterado socialmente por diferentes dimensões, como pela sua cultura, economia ou política (MONDARDO, 2008). Cabe é identificar quais práticas sociais tem potencial de transformar determinados atributos territoriais de modo mais direto. É isso que esse trabalho analisa pelo TBC, investigando – a partir de categorias definidas tanto com base neste referencial teórico, como nos próprios dados – quais dimensões do território esse modelo de turismo pode ajudar a coproduzir socialmente através dos mecanismos de governança pública.

Por todos os seus princípios de fortalecer endogenamente os recursos naturais, a cultura, a economia e a capacidade política da população, o TBC é visto como uma prática que pode contribuir para o desenvolvimento local sustentável (MALDONADO, 2009; PINHEIRO, 2016) e conseqüentemente, ajudar a moldar socialmente um território. Só que isso não é algo absolutamente natural, mas que também depende de arranjos institucionais que envolvam os atores do TBC no processo de desenvolvimento territorial, como os mecanismos de governança.

Nesse sentido, a articulação do TBC aos mecanismos de governança pública territorial se justifica por esses serem espaços formais de interação, entre o Estado e a sociedade civil, para o debate de ideias e união de esforços a fim desenvolver um território. No próximo tópico, os mecanismos de governança territorial são apresentados mais a fundo, enfatizando sua capacidade de promover a coprodução de territórios com a participação de atores do TBC.

### **3 – MECANISMOS DE GOVERNANÇA PÚBLICA VOTADOS AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AO TBC NESSES ESPAÇOS**

Mesmo já sendo praticada desde os tempos mais remotos, a governança ganhou destaque na década de 1930 – quando diversas empresas deixaram de ser geridas pelos seus proprietários e por conta disso, passaram a ser criados mecanismos de interação para alinhar os interesses dos donos à atuação dos gestores (ÁLVARES; GIACOMETTI; GUSSO, 2008). Além desse alinhamento, a governança foi utilizada como uma maneira de controlar as ações dos gestores e de fazer com que os diferentes *stakeholders* (grupos de interesse) das organizações fossem ouvidos (TEIXEIRA; GOMES, 2019).

No âmbito do Estado, a governança passou a ser aplicada com o objetivo dos gestores públicos prestarem informações aos cidadãos e ao mesmo tempo tornar a população mais atuante nas políticas públicas (RODRIGUES *et al.*, 2020; TEIXEIRA; GOMES, 2019). Nesse sentido, a governança pública pode ser entendida como um modelo de administração pública voltado a interagir diferentes atores, tanto estatais como não estatais (sociedade civil ou mercado), no processo de tomada de decisão que vise resolver problemas ou questões sociais (HENDRIKS, 2013; LIMA; RONCONI, 2018; RAKSA; OLIVEIRA; SILVA, 2016).

Definido o que é governança pública, deve-se especificar o que seria governança pública territorial. Segundo Dallabrida (2011), esse tipo de governança são iniciativas que expressam as capacidades de atores institucionais, sociais e econômicos de conseguirem se organizar para gerir assuntos públicos referentes a um determinado território. De acordo com este autor, um dos principais exemplos dessa governança são os arranjos institucionais coletivos que buscam o desenvolvimento territorial.

Dallabrida e Becker (2011) entendem que o desenvolvimento de um território depende da constituição de um agrupamento socioterritorial, que consiga articular interesses e capacidades de vários agentes, firmar consensos e construir politicamente um projeto político para o desenvolvimento. Dessa forma, os mecanismos de governança territorial são tidos como essenciais para ponderar interesses, direcionar esforços ao desenvolvimento territorial (DALLABRIDA; BECKER, 2011) e coproduzir o território de modo mais intencional.

São exemplos de mecanismos de governança territorial: os Conselhos de Desenvolvimento Regional (ou Municipal, Estadual, Nacional, etc.); as Audiências Públicas Regionais; os Orçamentos Participativos Regionalizados; os Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado; os Planejamentos Participativos Territoriais; dentre outros arranjos, delimitados territorialmente e que tragam uma proposta político-administrativa descentralizada e com participação social (DALLABRIDA, 2011).

Mais que apresentar o que é governança pública territorial, deve-se compreender como os representantes do TBC podem ser vistos como parte importante desse mecanismo para a coprodução do território. Segundo Graciano e Holanda (2020), a falta governança é um fator limitante da atuação do TBC para o desenvolvimento territorial, por restringir sua interação com outros atores.

Isso dificulta os benefícios que o TBC pode gerar à produção do território. Até porque os mecanismos de governança contribuiriam para que o TBC alavancasse o seu princípio fundamental, que é dar um maior protagonismo decisório às

comunidades na gestão do turismo (GRACIANO; HOLANDA, 2020). Além disso, considerando seus demais princípios, o TBC pode ajudar a pensar em estratégias para o crescimento econômico, preservação do meio ambiente e valorização da cultura local pelo turismo.

Dessa forma, acredita-se que o TBC é uma prática e modelo que, ao ter representantes inseridos na governança territorial, pode ampliar sua capacidade de coproduzir o território por diversas dimensões – como a ambiental, a cultural, a econômica e a política. Essa ampliação de capacidade se daria pela união e direcionamento de esforços, característicos dos mecanismos de governança pública (DALLABRIDA; BECKER, 2011).

As dimensões do território que o TBC pode ajudar a coproduzir socialmente através dos mecanismos de governança pública, identificadas pela revisão integrativa, são discutidas na “Apresentação e Discussão dos Resultados”. O próximo tópico descreve os procedimentos metodológicos realizados para se chegar a tais resultados.

#### 4 – METODOLOGIA

O presente trabalho parte de uma abordagem metodológica qualitativa, investigando e compreendendo o objeto de estudo por uma perspectiva subjetiva (FLICK, 2007). Em relação ao seu propósito, esta pesquisa se caracteriza como exploratória, tendo o intento de aprimorar um assunto e torná-lo mais explícito, até para embasar estudos futuros (GIL, 2007). Segundo Gil (2007), uma forma muito comum de realizar pesquisas exploratórias é através de levantamentos bibliográficos.

Em vista disso, este trabalho realizou uma revisão integrativa da literatura, que é um levantamento bibliográfico que busca avançar no conhecimento sobre um tema a partir da sintetização de estudos e articulação das suas ideias (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). De acordo com este autor, isso geralmente é feito por meio da elaboração de um quadro teórico, que representa os resultados da pesquisa de modo mais geral. Ressalta-se que os apontamentos da revisão integrativa não devem ser meramente descritivos, mas também analíticos e reflexivos, extrapolando os conhecimentos pré-existentes do assunto (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Ademais, a revisão integrativa precisa detalhar bem como se chegou aos resultados, por ter como princípio a transparência metodológica (TORRACO, 2005).

Os resultados deste trabalho foram oriundos da análise de artigos que abordam como o TBC se manifesta nos mecanismos de governança, podendo as dimensões do território que o TBC ajuda a coproduzir serem tratadas de modo mais indireto. Foram selecionados para a análise, artigos de acesso livre teóricos ou teóricos-empíricos, publicados em qualquer ano. Não houve delimitação em relação ao fator de impacto da revista dos artigos, pela pesquisa ter ocorrido em portais de periódicos conceituados, que estabelecem critérios básicos qualidade (verificados também com a leitura).

Os portais de periódicos utilizados como fonte foram o *Scopus*<sup>1</sup> e o *Web of Science*<sup>2</sup>. Antes de entrar nesses portais, foi feito um *login* no site Periódicos CAPES<sup>3</sup>, que permitiu o acesso a artigos que estariam indisponíveis. Os termos de pesquisa, definidos a partir de testes para uma melhor captação de trabalhos acerca do tema,

<sup>1</sup> <https://www.scopus.com/home.uri>

<sup>2</sup> <https://www.webofscience.com/wos/woscc/basic-search>

<sup>3</sup> <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>

direcionaram-se aos títulos, resumos e palavras-chaves dos artigos. A Tabela 1 abaixo apresenta a quantidade de artigos encontrados por cada termo e plataforma:

Tabela 1 – Quantidade de artigos encontrados

Termos de pesquisa	Portais de Periódicos	
	Scopus	Web of Science
<i>“community-based tourism” and “governance”</i>	20	23
<i>“community tourism” and “governance”</i>	7	6

Fonte: Elaborada pelos autores.

A coleta dos dados ocorreu entre 18/05/2022 e 27/05/2022. Para a seleção, os resumos de todos eles foram lidos, verificando se os mesmos tratavam sobre o tema estudado. Pondera-se que muitos artigos apareceram repetidamente nos dois portais. Considerando a não repetição, foram selecionados 33 trabalhos. Depois disso, realizou-se a leitura completa dos artigos para a então análise.

A análise dos dados se fundamentou na técnica análise de conteúdo do tipo temática. Essa técnica, basicamente, capta dos dados os núcleos de sentido relevantes ao objetivo da pesquisa (BARDIN, 2015). Tais núcleos foram sistematizados por códigos e categorias. Os códigos são as considerações dos artigos importantes para as pretensões deste estudo e as categorias representam um conjunto de códigos com significados convergentes (BARDIN, 2015).

Vale destacar que as categorias são as dimensões do território que o TBC pode ajudar a coproduzir socialmente através dos mecanismos de governança pública. Elas foram definidas tanto com base no referencial teórico (pelas características do TBC) como pelos dados em si. No tópico seguinte elas são apresentadas e discutidas.

## 5 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico os resultados da revisão integrativa são apresentados e discutidos, respondendo a então questão-problema e atingindo o objetivo da presente pesquisa. Tais resultados são oriundos da análise dos 33 artigos selecionados, que estão expressos no Quadro 1, dos mais recentes aos mais antigos por linha:

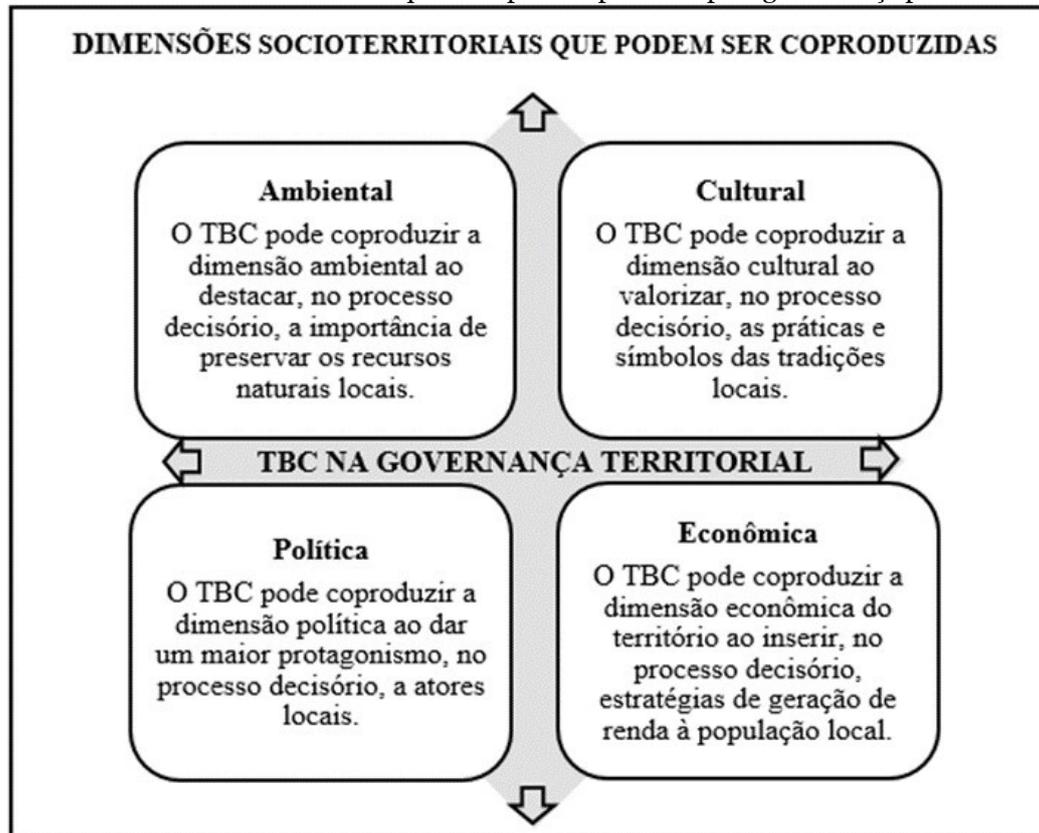
Quadro 1 - Artigos analisados

Farinha <i>et al.</i> (2021)	Faxina, Freitas e Trevizan (2021)	Giampiccoli e Glassom (2021)
Kirylyuk <i>et al.</i> (2021)	Rasmussen (2021)	Giampiccoli, Mtapuri e Dłuzewska (2020)
Hassan, Kennell e Chaperon (2020)	Lindström (2020)	Molinero e Alfonso (2020)
Moreno <i>et al.</i> (2020)	Mtapuri e Giampiccoli (2020a)	Mtapuri e Giampiccoli (2020b)
Stoffelen <i>et al.</i> (2020)	Sun, Yang e Jong (2020)	Zielinski <i>et al.</i> (2020)
Alrwajfah, García e Macías (2019)	Cuc (2019)	Hong e Saizen (2019)
Khalid <i>et al.</i> (2019)	Villavicencio e Pardo (2019)	Manaf <i>et al.</i> (2018)
Meini, Felice e Petrella (2018)	Schnegg, Kiaka (2018)	Ballesteros (2017)
Corrigan <i>et al.</i> (2016)	Cruz, Albrecht e Briones (2016)	Dangi e Jamal (2016)
Novelli, Klatte e Dolezal (2016)	Dörre (2015)	Giampiccoli, Mtapuri (2014)
Malek e Costa (2014)	Ballesteros e Brondizio (2013)	Ramírez e Ballesteros (2011)

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise dos artigos do Quadro 1 originou o *framework* da Figura 1, que indica as dimensões socioterritoriais que o TBC pode coproduzir através dos mecanismos de governança pública territorial:

Figura 1 - Dimensões socioterritoriais que TBC pode coproduzir pela governança pública territorial



Fonte: Elaborada pelos autores.

A Figura 1 mostra que as dimensões socioterritoriais que o TBC pode coproduzir pela governança territorial são a ambiental, a cultural, a econômica e a política. Isso não quer dizer que outros elementos do território não possam ser constituídos pelo TBC, através ou não dos mecanismos de governança. Apenas indica que o TBC tem determinados princípios que, ao serem defendidos no processo decisório coletivo, podem moldar identitariamente um território por quatro atributos.

Ressalta-se que esses princípios partem de uma perspectiva de desenvolvimento territorial mais endógeno, que preconiza os recursos e interesses da população do local. Dessa forma, acredita-se que o TBC tem capacidade de coproduzir o território por um movimento centrífugo (de dentro para fora), diferente do turismo convencional que faria isso por um movimento mais centrípeto (de fora para dentro). As setas da Figura 1, que saem do centro para os extremos, representam essa proposta do TBC face à coprodução do território.

Cabe destacar que este trabalho é um esforço inicial para compreender como os fundamentos do TBC podem se manifestar nos mecanismos de governança pública e, através deles, coproduzir determinados atributos do território. Assim sendo, acredita-se que esse tema precisa ser mais estudado: tanto por pesquisas empíricas, que verifiquem se as quatro categorias identificadas aqui se evidenciam na prática; como por teóricas, que possam levantar novas articulações conceituais. Nos próximos subtópicos, as categorias da Figura 1 são discutidas mais detalhadamente, por meio

de alguns códigos emergidos na revisão integrativa (considerações dos artigos analisados relacionadas ao objetivo deste trabalho).

### **5.1 – Dimensão ambiental**

Esta categoria mostra que o TBC pode coproduzir a dimensão ambiental do território pelos mecanismos de governança pública, por buscar conscientizar a sociedade sobre a necessidade de conservar os recursos naturais locais. Um dos códigos da revisão integrativa que converge com esse apontamento é o de Cruz, Albrecht e Briones (2016). No caso estudado por estes autores, foi visto que os representantes do TBC contribuíram diretamente para pautar, nos espaços de governança, ações de proteção ao meio ambiente na localidade, como o reflorestamento de áreas degradadas.

Segundo Giampiccoli e Glassom (2021), os fundamentos do TBC têm potencial de serem usados na governança de áreas de conservação, por terem o objetivo de melhorar os usos dos recursos naturais. Destarte, observa-se que o TBC também pode ser visto como uma prática que alinha interesses ambientais de diferentes atores e assim, molda o território pela governança (GIAMPICCOLI; GLASSOM, 2021).

Além disso, Giampiccoli, Mtapuri (2014) e Faxina, Freitas e Trevizan (2021) destacam que o TBC no processo de desenvolvimento territorial preza pelas necessidades ambientais locais. Isso mostra que o TBC, na governança, moldaria o território por uma proposta de desenvolvimento endógeno (FAXINA; FREITAS; TREVIZAN, 2021). Indica-se aqui que os atores do TBC nos mecanismos de governança pública podem ajudar a coproduzir o território pela sua dimensão ambiental, priorizando os bens naturais que precisam ser conservados na própria localidade.

### **5.2 – Dimensão cultural**

A coprodução da dimensão cultural do território pelo TBC nos mecanismos de governança ocorre quando os representantes desse modelo de visitação valorizam, no processo decisório, as tradições locais. Tal defesa se fundamenta nas próprias diretrizes do TBC, ganhando contornos de coprodução territorial efetiva ao resultarem em ações com implicações na cultura.

Os artigos de Cuc (2019) Novelli, Klatter e Dolezal (2016) e Ramírez e Ballesteros (2011) – analisados pela revisão integrativa – trazem que o TBC pode impactar na configuração da cultura de um território por meio do processo de governança. De acordo com Malek e Costa (2014) e Novelli, Klatter e Dolezal (2016), o envolvimento de representantes do TBC proporciona uma gestão da cultura mais sustentável e equilibrada, fazendo com que o seu incentivo através do turismo não parta das concepções de investidores centrais e externos, mas principalmente de propostas dos povos tradicionais locais.

Nesse sentido, o TBC coproduziria a dimensão cultural do território com base nas peculiaridades locais, ou seja, também endogenamente. Segundo Manaf *et al.* (2018), o TBC dá à governança uma maior possibilidade de ouvir atores locais e pensar em um fomento à cultura que leve em conta os seus interesses e história. Desse modo, os resultados desta pesquisa revelam que a cultura é uma dimensão do território que pode ser coproduzida pelo TBC nos mecanismos de governança

pública, a partir da valorização e ressignificação dos símbolos e práticas da localidade.

### **5.3 – Dimensão econômica**

Esta categoria traz que o TBC pode coproduzir a dimensão econômica do território pela governança pública por pautar, no processo decisório, estratégias e ações que geram renda à comunidade local. O artigo de Villavicencio e Pardo (2019) destaca bem isso, mostrando que – no caso de governança territorial estudado por eles – o TBC contribuiu para pensar em formas de obter ganhos econômicos coletivos através do turismo, passando a beneficiar mais a população local.

Molinero e Alfonso (2020) também identificaram em seu estudo que os atores do TBC foram fundamentais para determinar a dinâmica econômica do território, impactando positivamente na renda de povos tradicionais locais, como os indígenas. Segundo estes autores, as comunidades indígenas conseguiram ser resilientes às ameaças socioeconômicas do turismo convencional, pela inserção de representantes do TBC na governança pública.

Nota-se assim, que o TBC não só contribui para moldar as características de um território pelos mecanismos de governança, como também é uma prática de resistência de grupos sociais locais que outrora foram excluídos dos benefícios econômicos do turismo. Corrigan *et al.* (2016) e Giampiccoli, Mtapuri (2014) são outros exemplos de trabalhos que evidenciaram a capacidade do TBC de coproduzir economicamente um território pela governança.

### **5.4 – Dimensão política**

Por fim, a última categoria traz que o TBC pode coproduzir a dimensão política do território ao dar um maior protagonismo, nos espaços de governança, aos atores locais do turismo. Isso porque o TBC é praticado pela comunidade local e conseqüentemente, seus representantes no processo decisório são comunitários. Logo, o TBC ajuda a configurar os agentes políticos territoriais, dando voz e poder de intervenção a indivíduos diferentes que o turismo convencional daria.

O estudo de Khalid *et al.* (2019) identificou que a presença de membros do TBC em um mecanismo de governança territorial proporcionou um maior empoderamento da população local nas decisões relacionadas ao turismo. Esse impacto mais direto na capacidade decisória dos atores locais se fundamenta nos próprios princípios do TBC. Segundo Ballesteros e Brondizio (2013) e Hong e Saizen (2019), o TBC objetiva e geralmente melhora a participação da população local na governança pública.

Ballesteros (2017) também acredita que o TBC contribui para formular e qualificar as relações de poder entre o Estado, o mercado e a sociedade local, ainda que esse processo não seja algo fácil e isento de influências externas. Com isso, esta revisão revela que o TBC pode coproduzir a dimensão política do território pela governança pública, ao empoderar a população da localidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho mostrou que o TBC pode coproduzir socialmente quatro dimensões do território através da governança pública: a ambiental; a cultural; a econômica; e a política. Tal coprodução ocorre pelos representantes do TBC defenderem, no processo decisório coletivo, princípios sustentáveis relacionados a essas dimensões. Como foi visto, os princípios do TBC se baseiam em uma perspectiva de desenvolvimento territorial endógeno, levando em conta os recursos e interesses da população do local. Logo, a coprodução do território pelo TBC partiria de uma abordagem diferente do turismo de massa, que se associa a um processo de desenvolvimento exógeno.

Pondera-se que essas quatro dimensões do território não devem ser entendidas como as únicas que podem ser coproduzidas pelo TBC, por meio dos mecanismos de governança ou não. Mas vistas como as formas que o TBC moldaria um determinado território, considerando o seu conceito e as discussões que a literatura tem feito acerca do assunto. Nesse sentido, esta pesquisa traz como limitação a análise apenas dos artigos contidos nos portais de periódicos selecionados (*Scopus* e *Web of Science*).

Assim sendo, sugere-se que os estudos futuros de cunho teórico sejam feitos, principalmente utilizando indexadores diferentes, para confirmar essas dimensões ou identificar outras. Também é importante que pesquisas teórico-empíricas sejam realizadas para verificar a manifestação das categorias deste artigo em casos específicos de participação de atores do TBC na governança territorial. Além disso, seria pertinente estudar os desafios da atuação do TBC nos mecanismos de governança, investigando as dificuldades para o TBC coproduzir o território por essa via.

No que tange as suas contribuições, este trabalho avança na compreensão das características socioterritoriais que podem ser coproduzidas pelo TBC em dispositivos de governança que envolvem atores estatais e não estatais. Isso se relaciona à lacuna teórica identificada por Dangi e Petrick (2021) e Pinheiro (2016), de que se deve discutir progressivamente os impactos do TBC nos territórios por determinados instrumentos de gestão. Já como implicação à prática de gestão territorial, os resultados desta pesquisa revelam que a inserção de atores do TBC na governança é uma medida que traz benefícios para o desenvolvimento endógeno e sustentável de áreas rurais e periféricas urbanas.

## AGRADECIMENTOS

Como instituições de fomento, agradecemos: ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Processos 312764/2022-7; 403139/2022-8); à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (Processo 88887.692143/2022-00); e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG (Processos PPM-00049-18; APQ-04471-22). Agradecemos, adicionalmente, aos editores e revisores anônimos da Revista Informe GEPEC, que contribuíram para a melhoria da qualidade deste artigo.

## REFERÊNCIAS

ALRWAJFAH, M. M.; GARCÍA, F. A.; MACÍAS, R. C. Residents' perceptions and satisfaction toward tourism development: a case study of Petra region, Jordan. **Sustainability**, v. 11, n. 7, p. 1-19, 2019.

ÁLVARES, E.; GIACOMETTI, C.; GUSSO, E. **Governança corporativa: um modelo brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2008.

BALLESTEROS, E. R. Comunidad, bienes comunes y turismo en Floreana (Islas Galápagos). **Revista de Antropología Social**, v. 26, n. 2, p. 333-354, 2017.

BALLESTEROS, E. R.; BRONDIZIO, E. S. Building negotiated agreement: The emergence of community-based tourism in Floreana (Galápagos Islands). **Human Organization**, v. 72, n. 4, p. 323-335, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Coimbra, PT: Edições 70, 2015.

CORRIGAN, C.; BINGHAM, H.; BROOME, N. P.; HAY-EDIE, T.; TABANAO, G.; KINGSTON, N. Documenting local contributions to earth's biodiversity heritage: The global registry. **Parks**, v. 22, n. 2, p. 55-68, 2016.

CRUZ, E.; ALBRECHT, H.; BRIONES, A. Collaborative networks and tourism management of peri-urban forests. **International Journal of Sustainable Development and Planning**, v. 11, n. 2, p. 172-181, 2016.

CUC, T. T. From ha long bay to tang an landscape complex: Issues on tourism management at world heritage sites, Vietnam. **SPAFA Journal**, v. 3, p. 1-13, 2019.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. In: Circuito de Debates Acadêmicos, 1, 2011, Brasília. **Anais eletrônicos do I Circuito de Debates Acadêmicos**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2011.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 2, p. 73-97, 2011.

DANGI, T. B.; JAMAL, T. An integrated approach to "sustainable community-based tourism". **Sustainability**, v. 8, n. 5, p. 1-32, 2016.

DANGI, T. B.; PETRICK, J. F. Enhancing the role of tourism governance to improve collaborative participation, responsiveness, representation and inclusion for sustainable community-based tourism: a case study. **International Journal of Tourism Cities**, v. 7, n. 4, p. 1029-1048, 2021.

DÖRRE, A. Promises and realities of community-based pasture management approaches: Observations from Kyrgyzstan. **Pastoralism**, v. 5, n. 15, p. 1-20, 2015.

FABRINO, N. H. **Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FARINHA, F.; BIENVENIDO-HUERTAS, D.; PINHEIRO, M. D.; SILVA, E. M. J.; LANÇA, R.; OLIVEIRA, M. J.; BATISTA, R. Sustainable competitiveness of tourism in the Algarve region. Critical stakeholders' perception of the supply sector. **Sustainability**, v. 13, n. 11, p. 1-24, 2021.

FAXINA, F.; FREITAS, L. B. A.; TREVIZAN, S. D. P. Sustentabilidade ambiental em comunidades de pescadores inseridas em destino turístico: o caso da Ilha Mem de Sá – Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 10, n. 1, p. 1-21, 2021.

FLICK, U. **Managing quality in qualitative research**. London, UK: SAGE Publications Ltd, 2007.

GIAMPICCOLI, A.; GLASSOM, D. Community-based tourism in protected areas benefits communities and conservation: a model. **Advances in Hospitality and Tourism Research**, v. 9, n. 1, p. 106-131, 2021.

GIAMPICCOLI, A.; MTAPURI, O. The role of international cooperation in community-based tourism. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, v. 5, n. 4, p. 638-644, 2014.

GIAMPICCOLI, A.; MTAPURI, O.; DŁUZEWSKA, A. Investigating the intersection between sustainable tourism and community-based tourism. **Tourism**, v. 68, n. 4, p. 415-433, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

GLASS, R. **Aspects of change**. London, UK: MacGibbon&Kee, 1964.

GÓMEZ, C. P.; FALCÃO, M.; CASTILLO, L.; CORREIA, S. Turismo de base comunitária como inovação social: congruência entre os constructos. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 5, p. 1213-1227, 2015.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n. 1, p. 161-179, 2020.

HASSAN, A.; KENNEL, J.; CHAPERON, S. Rhetoric and reality in Bangladesh: elite stakeholder perceptions of the implementation of tourism policy. **Tourism Recreation Research**, v. 45, n. 3, p. 307-332, 2020.

HENDRIKS, F. Understanding good urban governance: essentials, shifts, and values. **Urban Affairs Review**, v. 50, n. 4, p. 553-576, 2013.

HONG, N. T.; SAIZEN, I. Forest ecosystem services and local communities: towards a possible solution to reduce forest dependence in Bach Ma National Park, Vietnam. **Human Ecology**, v. 47, n. 3, p. 465-476, 2019.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. **Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: princípios e diretrizes**. Brasília, DF: ICMBio, 2018.

KHALID, S.; AHMAD, M. S.; RAMAYAH, T.; HWANG, J.; KIM, I. Community empowerment and sustainable tourism development: the mediating role of community support for tourism. **Sustainability**, v. 11, n. 22, p. 1-14, 2019.

KIRYLUK, H.; GLIŃSKA, E.; RYCIUK, U.; VIERIKKO, K.; ROLLNIK-SADOWSKA, E. Stakeholders engagement for solving mobility problems in touristic remote areas from the Baltic Sea Region. **PLoS ONE**, v. 16, n. 6, p. 1-28, 2021.

KRONEMBERGER, D.; COSTA, V. G. Desenvolvimento local sustentável e governança ambiental. In: FIGUEIREDO, A. H. (Org.) **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2016. p. 359-392.

LEITE, R. P. Lugares da política e consumo de lugares: nação e patrimônio cultural. In: LEITE, R. P. (Org.). **Contra- usos da Cidade**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008. p. 34-95.

LIMA, J.; RONCONI, L. F. de A. Coprodução de políticas públicas voltadas aos direitos da mulher: o caso do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Florianópolis. **Revista dos Estudantes de Públicas**, v. 3, n. 1, p. 8-28, 2018.

LINDSTRÖM, K. N. Ambivalence in the evolution of a community-based tourism sharing concept: a public governance approach. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, v. 20, n. 3, p. 302-315, 2020.

MALDONADO, C. O Turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.) **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MALEK, A.; COSTA, C. Integrating Communities into Tourism Planning Through Social Innovation. **Tourism Planning and Development**, v. 12, n. 3, p. 1-19, 2014.

MANAF, A.; PURBASARI, N.; DAMAYANTI, M.; APRILIA, N.; ASTUTI, W. Community-based rural tourism in inter-organizational collaboration: how does it

work sustainably? Lessons learned from Nglanggeran Tourism Village, Gunungkidul Regency, Yogyakarta, Indonesia. **Sustainability**, v. 10, n. 7, p. 1-18, 2018.

MEINI, M.; FELICE, G.; PETRELLA, M. Geotourism perspectives for transhumance routes. Analysis, requalification and virtual tools for the geoconservation management of the drove roads in southern Italy. **Geosciences**, v. 8, n. 10, p. 1-32, 2018.

Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

MOLINERO, P.; ALFONSO, M. J. Governance, community resilience, and indigenous tourism in Nahá, Mexico. **Sustainability**, v. 12, n. 15, p. 1-20, 2020.

MONDARDO, M. L. O território e suas dimensões política, cultural e econômica: uma análise integradora híbrida das práticas de territorialização. **Para Onde!?**, v. 2, n. 2, p. 46-59, 2008.

MORAES, E. A.; IRVING, M. A.; MENDONÇA, T. C. M. Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. **Turismo: Visão e Ação**, v. 20, n. 2, p. 249-265, 2018.

MORENO, B. C. CUEVA, I. P.; TITUANA, D. G.; NARVÁEZ, J. C.; VÁSCONEZ, E. A.; TORRECILLAS, M. J. M.; RAMBAUD, S. C. Diagnosis of administrative and financial processes in community-based tourism enterprises in Ecuador. **Sustainability**, v. 12, n. 17, p. 1-17, 2020.

MTAPURI, O.; GIAMPICCOLI, A. Beyond rural contexts: community-based tourism for a better life in the city. **Advances in Hospitality and Tourism Research**, v. 8, n. 2, p. 419-439, 2020a.

MTAPURI, O.; GIAMPICCOLI, A. Toward a model of just tourism: A proposal. **Social Sciences**, v. 9, n. 4, p. 1-19, 2020b.

NEUHAUS, E.; SILVA, J. S. **Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico**. Fortaleza, CE: FBOMS/Instituto Terramar, 2006.

NOVELLI, M.; KLATTE, N.; DOLEZAL, C. The ASEAN Community-based tourism standards: looking beyond certification. **Tourism Planning and Development**, v. 14, n. 2, p. 260-281, 2016.

PINHEIRO, R. C. S. Turismo de base comunitária como inovação social na gestão do turismo em espaços rurais. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 10, n. 19, p. 146-165, 2016.

RAKSA, V. P.; OLIVEIRA, A. G.; SILVA, C. L. Governança pública em saúde e os vazios assistenciais – Territorialização para o planejamento e ações do Estado. **Informe GEPEC**, v. 20, n. 2, p. 10–27, 2016.

RAMÍREZ, M. H.; BALLESTEROS, E. R. Etnogénesis como prática. Arqueología y turismo en el Pueblo Manta. **Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 6, n. 2, p. 159-192, 2011.

RASMUSSEN, S. B. Presentación. **Cuadernos Europeos de Deusto**, n. 64, p. 19-22, 2021.

RODRIGUES, G. O.; ANTUNES, M. C.; MOREIRA, C. R.; SALES, E. dos S.; ANTUNES, J. Governança aplicada ao setor público: um estudo bibliométrico dos últimos cinco anos. **Informe GEPEC**, v. 24, n. 2, p. 11–29, 2020.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007.

SCHNEGG, M.; KIAKA, R. D. Subsidized elephants: Community-based resource governance and environmental (in)justice in Namibia. **Geoforum**, v. 93, n. 10, p. 105-115, 2018.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

STOFFELEN, A. ADIYIA, B.; VANNESTE, D.; KOTZE, N. Post-apartheid local sustainable development through tourism: an analysis of policy perceptions among “responsible” tourism stakeholders around Pilanesberg National Park, South Africa. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 28, n. 3, p. 414-432, 2020.

SUN, J.; YANG, Y.; JONG, A. A geographical approach to trust in tourism. **Tourism Geographies**, v. 22, n. 4, p. 768-786, 2020.

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público**, v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019.

TORRACO, R. J. Writing integrative literature reviews: guidelines and examples. **Human Resource Development Review**, v. 4, n. 3, p. 356-367, 2005.

VILLAVICENCIO, B. P.; PARDO, G. L. Relaciones del turismo de naturaleza, la comunalidad y la resiliencia en la Sierra Norte de Oaxaca, México. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 17, n. 6, p. 1205-1216, 2019.

ZIELINSKI, S.; JEONG, Y.; KIM, S.; MILANÉS, C. B. Why community-based tourism and rural tourism in developing and developed nations are treated differently? A review. **Sustainability**, v. 12, n. 15, p. 5-18, 2020.

## AUTORES

**Thiago Chagas de Almeida:** Graduado em Administração Pública pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC/UFV). E-mail: thiagoc-almeida@hotmail.com

**Magnus Luiz Emmendoerfer:** Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com Pós-Doutorado em Administração Pública, Turismo e Empreendedorismo pelas Universidades do Minho, Algarve e Évora, Portugal e em Políticas Públicas pelas Universidades de Tilburg e Breda, Holanda. Professor no Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC/UFV). Coordenador Geral da Cátedra UNESCO em Economia Criativa e Políticas Públicas. E-mail: magnus@ufv.br

Recebido em 21/02/2023.  
Aceito em 30/7/2023.